

UM BOM PROFESSOR PARA ALUNOS SURDOS

Sandra Evanilda Klug¹ (ULBRA); Vinicius Martins²

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma união de experiências vividas na área profissional da interpretação educacional e no estágio obrigatório ofertado pelo Curso de Formação Profissional em Nível de Extensão Universitária: Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais. Tendo como cenário a Educação Básica e a Educação Superior. O objetivo é relatar as atitudes positivas que fazem à diferença no processo inclusivo de estudantes surdos, usuários de Libras que necessitam da mediação comunicativa de TILS (Tradutor/Intérprete de Libras). Surge a necessidade de contrastar a forma como através da qual o docente posiciona-se perante o discente surdo e como faz uso dessa nova tecnologia de informação utilizada em sala de aula, que é o TILS. Ponderando os pontos positivos e negativos das experiências das práticas numa sala inclusiva com alunos surdos, é necessário e extremamente importante valorizar a cultura surda, a Libras e reconhecer que o TILS é ferramenta de acessibilidade.

Palavras-chave: Surdo. Inclusão. Professor. Tradutor intérprete.

1 INCLUSÃO NO ESPAÇO ESCOLAR

Atualmente, urge a necessidade de repensarmos cada vez mais a organização dos espaços escolares, a prática pedagógica e as necessidades de quem deles participa. Precisamos conhecer melhor o nosso aluno para incluí-lo e para que ele se sinta fazendo parte deste espaço. Numa retrospectiva de dez anos, quando entrávamos numa sala de aula, sabíamos que nossos alunos poderiam ter diferenças, e que, alunos surdos estariam em escolas especiais, com espaços adaptados a eles. Hoje a realidade é outra: esses alunos

¹ Graduanda em Pedagogia (Universidade FEEVALE) – Tradutora/Intérprete de Libras no Ensino Básico na rede municipal e estadual de ensino em Campo Bom/RS.

² Mestrando em Letras – Especialidade Linguística Aplicada (UFRGS) – Graduado em Pedagogia (ULBRA) e Letras Libras Bacharelado (UFSC) – Especialização em Aquisição da Linguagem e Alfabetização (FEEVALE).

V ENALI

ENCONTRO NACIONAL DE LÍNGUA E LITERATURA

CULTURA E LITERATURA:
REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO URBANO



estão sendo incluídos mesmo sem um planejamento preparatório, sem considerar as necessidades educacionais e linguísticas.

A Constituição Federal de 88, no artigo 205, define a “educação como um direito de todos” e tem como objetivo fundamental promover o bem - estar de todos, sem preconceito. A escola deve receber todo e qualquer aluno, oferecendo a ele uma educação de qualidade, conforme resolução CNE/CEB nº 2/2001.

A escola passa a ser de todos, mas ela está organizada para isso? Qual o papel do bom professor? Como este professor pode ou deve se posicionar numa sala com alunos surdos?

As respostas dessas questões anteriores deve ser o alvo de todos os profissionais, não tendo fórmulas, mas uma prática constante de forma inovadora. As leis vieram para garantir os direitos do educando, mas muitas vezes é o professor, a partir do momento em que recebe um aluno de inclusão, que busca uma formação para atuar com essa realidade de um aluno surdo que seja usuário de Libras – Língua Brasileira de Sinais.

A escola, comunidade escolar, gestão, professores e discentes estão num espaço de duas culturas, e necessitam compreender que o sujeito surdo por sua vez possui uma situação bilíngue que não é comum para os demais. Assim o professor não o único a buscar as “soluções”, mas o comum é o docente buscar uma formação, tendo que se tornar um autor da história. O buscar informações não é apenas para si, mas deve ser pela escola, pela sociedade. Não podemos, como profissionais, omitir-nos dessa tarefa e repassar a responsabilidade para a gestão escolar ou para o governo. Como escola, devemos olhar e considerar o aluno e suas possibilidades, valorizando seu potencial.

Mas nem todos os professores conseguiram se adaptar a tempo, quando chegam à sala de aula, muitas vezes, levam um susto, pois encontram um aluno diferente dos padrões considerados normais. No caso deste artigo, os alunos mencionados são surdos.

Quem está apto a recebê-los? Quem trabalhará com eles? Como fará esse trabalho? Eles são capazes? O que fazer com eles? Estas são algumas das várias dúvidas que surgiram e ainda surgem quando recebemos esses alunos.

V ENALI

ENCONTRO NACIONAL DE LÍNGUA E LITERATURA

CULTURA E LITERATURA:
REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO URBANO



Os alunos e professores observados, cujas ações e comportamentos foram analisados, pertencem a Educação Básica (Ensino Médio) e ao Ensino Superior.

Os dois locais têm uma diferença grande, que é o espaço. A escola de ensino médio, por ser menor, muitas vezes aproxima mais os profissionais, principalmente porque partilha dos mesmos espaços como a sala de professores, de reuniões pedagógicas e de formação. Na universidade, o trabalho é um pouco diferente, o professor é intérprete, por exemplo, nem sempre se encontra com outros colegas na sala dos professores ou no intervalo para trocar ideias e conversar, por ser um espaço mais amplo com infinitas possibilidades.

Este trabalho apresenta, então, experiências vivenciadas por mim, profissional da área de tradutor intérprete de Libras, em formação pedagógica, com experiências na docência por mais de uma década, nesses dois espaços educacionais, de curso universitário e de ensino médio.

Faz-se necessário perceber as problemáticas e as experiências de sucesso vivenciadas no ambiente escolar para mostrar que um trabalho de sucesso é realizado em conjunto, com o principal objetivo de atender os alunos para que desenvolvam suas competências e habilidades durante o processo de ensino e aprendizagem, independente de serem surdos ou não, mas principalmente se forem.

Sendo surdo, o aluno possui algumas particularidades como a de se comunicar em língua de sinais. Para isso, é necessário ter na sala de aula um tradutor intérprete de língua de sinais. Então surgem os questionamentos: Como trabalhar com este aluno surdo? Qual a melhor forma observada? Quem pode ser definido como um bom professor pelos aspectos positivos vistos como indicadores de progresso deste aluno?

Com base em Vygotsky, Skliar, Quadros, Pereira, Lacerda, na legislação e no MEC, registro aspectos positivos e negativos encontrados no trabalho do professor nestes momentos de observação e tradução.

Então, como é ser um bom professor?

V ENALLI

ENCONTRO NACIONAL DE LÍNGUA E LITERATURA

CULTURA E LITERATURA:
REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO URBANO



Um bom professor é aquele que se preocupa com o processo de ensino e aprendizagem do seu aluno e, conhecendo como se dá este processo, procura formas de auxiliá-lo para que ele possa progredir.

Conforme documento do MEC, o professor faz escolhas ao ensinar: escolhas de método de trabalho, de recursos a serem utilizados e do caminho que irá seguir. Também consta neste documento que a escola não deveria se contentar com o que o aluno já sabe, mas auxiliá-lo a ir além.

O que o professor necessita então?

Conhecer seus alunos, pois, conhecendo-os, planejará uma boa aula, que alcance a todos, levando em conta o que é significativo para eles. Para planejar, ele também necessita saber o que os alunos já sabem ou conhecem sobre o assunto a ser estudado.

E o aluno surdo? O que acontece com ele e o professor, considerando que ele utiliza outra língua ao entrar na sala de aula?

O aluno surdo tem o direito de aprender em sua língua, que é a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), para que aprendizagem de fato ocorra. Conforme Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a Libras é reconhecida como meio legal de “comunicação e expressão, que utiliza o sistema linguístico de natureza viso motora”. Para então ele aprender em sua língua, necessita ter acessibilidade, que é realizada pelo Tradutor Intérprete de Língua de Sinais.

Conforme Quadros (1997) é necessário reconhecer o que representa a língua para os próprios surdos. O espaço de negociação instaura-se no reconhecimento do outro. Para a autora, a língua de sinais tem um grande valor, pois possibilita que o surdo “signifique o mundo”.

2 E QUAL É O PAPEL DO INTÉRPRETE?

Conforme a classificação brasileira de ocupações (CBO), os tradutores intérpretes de libras “interpretam oralmente e/ou na língua de sinais, de forma simultânea ou consecutiva, de um idioma para outro, respeitando o respectivo contexto e as características culturais das partes”.

Então sua função, neste caso, é traduzir, interpretar e mediar a informação entre professores e alunos surdos.

Machado (2004) relata que a comunicação é muito importante para que a criança desenvolva seus processos psicológicos. Para Vigotski (2000) a comunicação se torna importante para que a criança desde cedo construa conceitos.

Assim, o intérprete estará lá para repassar os conceitos e informações fornecidas pelo professor ao aluno, para que ele possa se comunicar e construir conhecimentos.

O que ocorreu durante as observações e traduções realizadas?

Vi, em alguns momentos, o surdo ser ignorado. O professor não o chamava para responder ou participar, mesmo ele levantando a mão, hora para questionar, hora para responder.

O que podemos fazer como intérpretes neste momento? Mediamos a tradução solicitada pelo aluno, mas não podemos interferir na aula ou fazer queixas ao professor que não forem apresentadas pelo aluno, que tem direitos como todos os outros.

Conforme o código de ética, descrito no livro de Quadros, sobre responsabilidade profissional, artigo oitavo, “o intérprete jamais deve encorajar pessoas surdas a buscarem decisões legais ou outras em seu favor”, ou seja, se o aluno desejar reclamar e quiser uma tradução, ele terá o direito de ter traduzido o que está sinalizando, caso ele não deseje, não poderá o intérprete incitá-lo a fazer isso.

Por isso, se torna importante o professor da sala considerar todos como alunos em iguais condições e capazes de participar.

V ENALLI

ENCONTRO NACIONAL DE LÍNGUA E LITERATURA

CULTURA E LITERATURA:
REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO URBANO



Outra situação passível de ocorrer é o professor solicitar, no momento da avaliação, que o intérprete se retire da sala, com medo que ele dê as respostas.

O surdo tem o direito a um intérprete, garantido por lei, e ele segue um código de ética que diz nos seus artigos segundo e terceiro que o intérprete deve se manter imparcial, não podendo dar sua opinião nem ir além de sua responsabilidade.

Dar respostas ao aluno não irá ajudá-lo a crescer e nem permitirá que o professor o veja como capaz. O papel do intérprete é essencialmente traduzir as perguntas que o surdo pode não conseguir interpretar em língua portuguesa, traduzindo-as para a língua de sinais para que ele possa respondê-las após a tradução. Caso surja outra dúvida, o professor é chamado para responder, mesmo que o intérprete saiba a resposta, pois não é sua função dar respostas e sim traduzir o que é falado.

Também acontece de alguns professores ditarem rapidamente a resposta em língua portuguesa para os alunos surdos. O intérprete pode traduzi-la rapidamente para libras e eles escreverem a resposta, mas conforme legislação, a Lei nº 10.436 de 24 de outubro de 2002, no parágrafo único, diz que “Libras não pode substituir a modalidade escrita da língua portuguesa”. Por isso, é difícil ditar em língua portuguesa para os surdos, pois a estrutura dessa língua é diferente da língua de sinais.

Tudo tem sempre uma solução. Uma das professoras, questionada pelos próprios colegas dos quais o aluno surdo copiava depois as respostas no caderno, encontrou uma solução: ao ditar, outro colega ouvinte sentava ao lado do surdo que copiava simultaneamente do colega a resposta, sem ficar atrasado.

Atitudes como esta mostram que tudo é possível na educação, há meios e formas de fazermos o melhor e podemos encontrá-las junto, desde que se tenha o olhar para este aluno dito diferente.

Insegurança e desconfiança também fizeram e fazem parte deste cenário, na manifestação de professores que ficavam e ficam em dúvida quanto à competência dos intérpretes para traduzir, questionando-os a respeito do que estudaram sobre o assunto ou da

V ENALLI

ENCONTRO NACIONAL DE LÍNGUA E LITERATURA

CULTURA E LITERATURA:
REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO URBANO



formação que têm. Apesar de ser impossível conhecer todas as áreas de conhecimento a fundo, há duas questões importantes a serem destacadas quanto a isso.

Uma é que se o professor faz uma troca antes da aula ou do desenvolvimento de determinado projeto com o intérprete, conversando sobre o conteúdo, este consegue buscar ou acessar mais informações na hora da tradução.

O segundo ponto é que a tarefa de explicar o conteúdo é do professor, enquanto o intérprete fará a tradução somente do que ouviu, não tendo que explicar ao surdo o que ele não entender, pois tal tarefa volta ao professor, devendo o surdo solicitar nova explicação quando estiver em dúvida.

Portanto, para que uma boa tradução aconteça, é necessário que todos estejam em sintonia, o diálogo entre estes três personagens se torna fundamental.

Conforme Pereira (2003) ser intérprete não é uma “atividade caritativa e assistencial”, mas é uma ação de alguém que deve se mostrar invisível, por não ser ele mesmo, e também, o intérprete não é o filtro, decidindo o que o outro deve ou não saber. Ele deve ser alguém responsável pela qualidade de comunicação entre as pessoas envolvidas.

No entanto, na sala de aula, não podemos confundir o trabalho de um intérprete, conforme afirma Lacerda (2000, p. 57):

A sua presença não assegura que questões metodológicas, levando em conta a surdez e o processo especial próprio de acesso ao conhecimento, sejam consideradas, ou que o currículo escolar sofra ajustes para contemplar peculiaridades e aspectos culturais da comunidade surda.

Mas é o professor que, preocupado com o processo ensino-aprendizagem do aluno, precisa adaptar a sua aula a todas as especificidades dos seus alunos. A inclusão não é tarefa de um único professor, mas de todos os profissionais que fazem parte do espaço escolar em que ela ocorra.

Vejamos outra situação. Um professor, ao passar um filme, esquece que há alunos surdos na sala e não lembra que ajudaria muito ter uma legenda para que eles entendam melhor o filme. O intérprete faz a tradução, mas primeiro tem o fator iluminação, pois todos

V ENALLI

ENCONTRO NACIONAL DE LÍNGUA E LITERATURA

CULTURA E LITERATURA:
REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO URBANO



desejam assistir ao filme no escuro. Como o intérprete será visto pelo aluno surdo, sendo que a sala está sem iluminação?

Outra questão é como o intérprete se posicionará para de fato ficar de frente para o surdo e também olhando para a televisão, pois há cenas em que não existe fala, ou em que apenas se ouve uma voz. Ele terá que definir de onde vem a voz para traduzir isso ao surdo, mas sem ter real noção do que está acontecendo, a tradução fica duvidosa.

São ações simples que podem auxiliar os alunos surdos, e, conferir se o filme tem legenda e que há surdos na sala pode ajudar. Se não há filme com legenda, o tradutor pode ser avisado antes para procurar ver o filme ou se informar do assunto e assim fará uma tradução com qualidade.

Neste ponto, questiono o planejamento do professor. Planejar é uma tarefa primordial. Quando planejo minha aula, penso nos meus alunos ou em vencer o conteúdo proposto?

Para PADILHA (2001, p.30),

Planejamento é processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, visando ao melhor funcionamento de empresas, instituições, setores de trabalho, organizações grupais e outras atividades humanas. O ato de planejar é sempre processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação: processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios (materiais) e recursos (humanos) disponíveis, visando concretização de objetivos.

Estes são aspectos que podemos melhorar juntos, um pode aprender com o outro, por isso estamos trabalhando num mesmo espaço.

Nas práticas e vivências, ocorreram aspectos positivos que demonstram a constante preocupação do professor com todos os seus alunos. Como citei anteriormente, alguns professores preocupados com sua prática pedagógica encontraram solução para alguns desafios impostos na sala de aula. Mas vejamos mais alguns pontos.

Há professores que se dirigem ao aluno surdo, perguntando se ele está entendendo ou precisa de ajuda. É fantástico ver que o professor percebeu que seu aluno é o surdo e não o intérprete. Mas você pode me perguntar: “Ele entende o que o professor está perguntando?”

V ENALI

ENCONTRO NACIONAL DE LÍNGUA E LITERATURA

CULTURA E LITERATURA:
REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO URBANO



Não se preocupe se não entender, ele olha para o intérprete, que traduz a pergunta, e responde olhando para o professor, ocorrendo aí uma sintonia, ou seja, uma troca entre professor e aluno.

Há também os professores que se dirigem ao intérprete perguntando se está claro, se está conseguindo traduzir, se precisa falar mais devagar, se a aula está “tranquila”. Há algum problema em fazer essa troca com o intérprete? Não, isso só demonstra preocupação do professor com o aprendizado deste aluno.

Existem professores que num primeiro momento se assustam, pois nunca trabalharam com um aluno surdo e nos questionam muito sobre como trabalhar com ele. Para esses, a informação principal é que ele usa o espaço visual para se comunicar, e que é capaz de entender a aula. Depois disso, o professor começa a criar confiança e sua aula flui normalmente, observando as peculiaridades deste aluno.

Numa aula inclusiva, não há como deixar de valorizar a cultura surda, reconhecendo que o tradutor intérprete é ferramenta de acessibilidade e que juntos podemos, sim, construir uma educação de inclusão e de qualidade.

Professores que planejam sua aula com antecedência irão lembrar que há na sala de aula um aluno, ou alguns alunos surdos e que eles são mais visuais. Preocupados com o aprendizado destes alunos, ao organizarem seu planejamento, não os deixam de fora.

Já ouvi professores dizendo que buscaram informações para conhecer seu aluno melhor, para não simplesmente lhes dar a média ou dizer coitados, afinal eles são diferentes, mas são normais e capazes de acompanhar uma aula e também, de vez em quando, de se negarem a fazer a atividade como outro aluno qualquer quando assim não o desejam, mas isso não é culpa do intérprete ou do professor, eles são adolescentes e há dias em que não estão bem, como todos nós.

Já pensaram em ficarem quatro horas com alguém controlando tudo o que você está fazendo ou deixando de fazer? Isso pode acontecer com o aluno surdo, pois ele tem o professor para cobrar, mas se o intérprete também pensar que é esse o seu papel quiser fazer essa cobrança, como fica este aluno?

V ENALI

ENCONTRO NACIONAL DE LÍNGUA E LITERATURA

CULTURA E LITERATURA:
REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO URBANO



Um professor bem preparado jamais falará: “não te preocupa se ele não fez a atividade, ele é de inclusão, vai ganhar a média mesmo”. Este professor exclui e continuará excluindo todos os alunos, sejam eles de inclusão ou não, se é que deveria ser chamado de professor, pois ser professor é querer ver seu aluno ir além, independente do ponto em que ele esteja.

Assim, o ambiente escolar seria um lugar mais prazeroso para todo o aluno, a exclusão estaria da sua porta para fora, mas com certeza aos poucos ela estaria fora dos seus muros também, pois a escola também tem este compromisso social, e conforme Vigotski (2000) não é a surdez que define o que as pessoas são ou serão, mas o resultado do olhar da sociedade sobre a essa surdez.

Medos, anseios e vontade de acertar farão parte do nosso dia a dia, mas serão eles que nos levarão a questionar, a querer mudar para melhor, respeitando as diferenças e aquele que é diferente de nós, independente de qual seja essa diferença.

As mudanças já estão acontecendo e o que está mudando são as concepções sobre o sujeito surdo, as descrições em torno de sua língua, respeitando-a e as políticas educacionais (SCKLIAR, 1998). Para continuarmos evoluindo, cada profissional necessita fazer a sua parte e juntos poderemos construir um processo inclusivo mais digno.

REFERÊNCIAS

LACERDA, C. B. F. de. O intérprete de língua de sinais no contexto de uma sala de aula de alunos ouvintes: problematizando a questão. In: LACERDA, C. B. F. de; GÓES, M. C. R. de (Org.) **Surdez: Processos Educativos e Subjetividade**. São Paulo, Editora Lovix, 2000.

MACHADO, M. L. A. Educação Infantil e Sócio-interacionista. In: OLIVEIRA, Z. M. R. (Org.). **Educação Infantil: muitos olhares**. São Paulo, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escola**. O que é? Por quê? Como fazer? Editora Moderna: São Paulo, 2006.

PEREIRA, Maria Cristina Pires. **Profissionalização e Formação de Intérpretes de Libras**. Revista Feneis. Rio de Janeiro, ano III, nº 18, 2003.

V ENALLI

ENCONTRO NACIONAL DE LÍNGUA E LITERATURA

CULTURA E LITERATURA:
REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO URBANO



PERLIN, G. Identidades Surdas. In. SKLIAR, C. (Org.). **Um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Ed. Mediações, 1998.

QUADROS, Ronice Muller de Quadros. **Educação de Surdos**: A aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

VIGOTSKI, L. M. **Pensamento e Linguagem**. Martins Fontes: São Paulo, 2000.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Artigo 205.

RESOLUÇÃO. CNE/CEB nº 2/2002.

DEFICIÊNCIA mental. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/defmental.pdf>>. Acessado em: 24 jun. 2013.

LEI nº 10.436, 24/04/2002 – que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais.